

ANTECEDENTES

1993

Maio Fernando Henrique Cardoso, senador e ministro das Relações Exteriores de Itamar Franco, torna-se ministro da Fazenda. A inflação brasileira era de 25% ao mês. Fernando Henrique foi o quarto ministro da Fazenda de Itamar, em oito meses de governo

Dezembro O Plano Real é anunciado ao País por **Fernando Henrique**, no dia 7.

A decisão de realizá-lo foi tomada em setembro, por membros da equipe econômica como Pedro Malan, presidente do Banco Central, Edmar Bacha e Gustavo Franco. O plano baseou-se em um estudo dos economistas André Lara Resende e Périco Arida, feito na década de 80

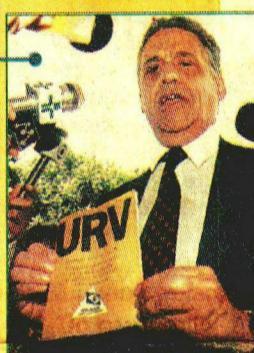


1994

Fevereiro O Congresso aprova a emenda constitucional do Fundo Social de Emergência (FSE), que permitiu o contingenciamento, em 1994 e 1995, de 20% de despesas obrigatórias vinculadas a receitas. O FSE foi considerado, pelos executores do Plano Real, uma medida fiscal essencial para o lançamento das próximas etapas do plano

916,4

Março O governo lança a **Unidade Real de Valor (URV)**, uma unidade de conta atrelada ao valor do dólar, que teve de ser introduzida na quase totalidade dos contratos e salários. A ideia era criar uma superindexação, que substituiria todas as outras formas de indexação (que alimentavam a inflação) e que seria eliminada de uma vez só na próxima etapa do plano



Abril Fernando Henrique Cardoso deixa o ministério para se candidatar à Presidência, sendo substituído por Rubens Ricupero e, posteriormente, Ciro Gomes, que dão prosseguimento à consolidação do Plano Real

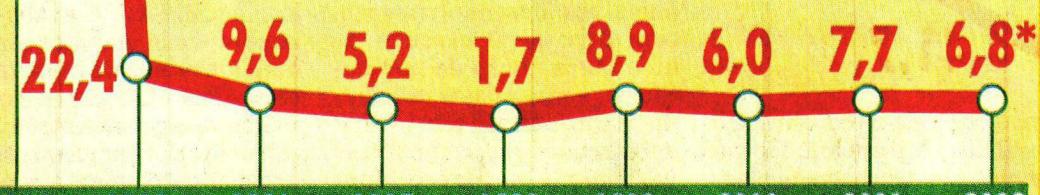
Julho A URV é transformada no real, eliminando completamente o cruzeiro real, a última denominação da moeda nacional no ciclo hiperinflacionário que durou de 1986 a 1994. A URV foi convertida em reais a uma taxa de câmbio de R\$ 1 por US\$ 1

Segundo semestre O Banco Central se comprometeu a defender o valor do real, não deixando a nova moeda se depreciar além da cotação de R\$ 1 por US\$ 1, mas não a impede de se valorizar até R\$ 0,83 por US\$ 1 em outubro, e R\$ 0,85, em dezembro. No fim do ano, a inflação mensal, que atingiu 45% logo antes da introdução real, havia caído para taxas de 1% a 2%

Outubro Com votação no dia 3, Fernando Henrique é eleito presidente no primeiro turno das eleições presidenciais, com aproximadamente 54% dos votos válidos

INFLAÇÃO

Taxas anuais do IPCA (%)



O PRIMEIRO GOVERNO (1995/1998)

1995

Foi iniciado o processo de extinção dos monopólios estatais em telecomunicações, petróleo e energia elétrica, assim como a privatização das ferrovias e a concessão de serviços em rodovias e portos. Este conjunto de iniciativas se tornou possível com as chamadas "reformas da ordem econômica", três emendas ao capítulo de mesmo nome da Constituição, aprovadas em 1995. Outra peça importante, na área legislativa, foi a Lei das Concessões, aprovada no mesmo ano



Marco a junho A crise mexicana atinge o Brasil, com dias de enormes fugas de capitais. A sobrevalorização do real e a demanda aquecida fizeram com que o Brasil passasse de um superávit comercial de US\$ 11 bilhões em 1994 para um déficit de US\$ 3 bilhões em 1995. Durante a crise, o governo aumenta fortemente os juros, abre a liquidez com outras medidas, desvaloriza em 5% o real e introduz o sistema de desvalorização gradual muito suave, administrada de forma regular e a conta-gotas, com microcorreções diárias. A desvalorização é tão gradual que o sistema é considerado um câmbio semifixo. As mudanças provocam fissuras na equipe econômica, levando à saída do presidente do Banco Central, Périco Arida, numa vitória do diretor de Assuntos Internacionais,

Gustavo Franco. Ele seria, até o fim de 1998, quando se demitiu do cargo de presidente do BC (assumido em 1997), o maior defensor do sistema de câmbio semifixo

Agosto O Banco Central decreta intervenção no Banco Econômico, primeira vítima entre as grandes instituições financeiras privadas dos desequilíbrios provocados pelo fim dos ganhos com a inflação

Novembro O Banco Central decreta intervenção no Banco Nacional, e cria o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), para administrar o processo de saneamento do setor financeiro nacional privado, afetado pelo fim da inflação. Em 1996, seria criado o Programa de Incentivo à Redução da Participação do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Proes), dando início ao processo de privatização e liquidação de bancos estaduais



1996

Dando prosseguimento à criação do Conselho Nacional de Desestatização (em 1995), o processo de privatização no Brasil ganhou uma nova escala e dinamismo. Foi concluída a privatização das estatais do setor industrial, iniciada antes do governo de Fernando Henrique, e lançada a fase de transferência de serviços públicos à iniciativa privada, em áreas como transporte, telecomunicações e eletricidade. A privatização estadual também entra na agenda, com o apoio do governo federal. Nestes dois anos, foram realizadas 19 privatizações, com arrecadação de US\$ 5,1 bilhões. Nos anos seguintes, a privatização ou a concessão atingiriam a malha ferroviária, algumas rodovias, e parte do setor elétrico (especialmente as distribuidoras estaduais). Nos seus dois mandatos, o governo Fernando Henrique e os governos estaduais fizeram privatizações no valor total de US\$ 91 bilhões. Em 1996, foi lançado o primeiro plano de planejamento plurianual do governo, o Brasil em Ação, que englobou 58 projetos na área social e de infra-estrutura, absorvendo, até o final de 1999, investimentos públicos e privados da ordem de US\$ 70 bilhões, segundo dados do governo

1995, 1996 e 1997

Nestes três anos, o governo de Fernando Henrique tem o seu período de maior crescimento econômico, com taxas de respectivamente, 4,22%, 2,66% e 3,27%. Mas foi também o período em que o governo trilhou caminhos de política econômica que viriam a ser os mais criticados no futuro. De um lado, a manutenção do câmbio semifixo levou ao aumento do déficit em conta corrente, que atingiu 4,12% do PIB em 1997. E, na área fiscal, o governo praticou resultados primários (que excluem pagamento de juros) próximos de zero, e uma média de déficit nominal (que inclui juros) de 6,4%. O desequilíbrio na conta corrente foi compensado pelo aumento dos investimentos externos diretos, que atingiram US\$ 18,7 bilhões em 1997

1997

O governo inicia o programa de reestruturação das dívidas estaduais, ao qual aderiram 25 dos 26 Estados e o Distrito Federal. Até setembro de 2001, o refinanciamento chegou a R\$ 205 bilhões. As condições impostas aos Estados, em troca do refinanciamento, os forçaram a promover um ajuste fiscal e ter superávits primários. Junto com a Lei de Responsabilidade Fiscal, de 2000, o acordo com os Estados e 180 grandes municípios (incluindo São Paulo) iria ajudar a garantir o rigor fiscal do segundo mandato. Também em 1997, foi promulgada a Lei 9.478, que pôs fim ao monopólio estatal do setor de petróleo, abrindo a área de exploração e produção a companhias privadas

Abri O Barmerindus sofre intervenção, no âmbito do Proer, e é vendido para o HSBC, por US\$ 1 bilhão

Maio No dia 6, a **Vale do Rio Doce** foi privatizada. A empresa foi arrematada pelo consórcio Brasil, liderado pela CSN, de Benjamin Steinbruch, que pagou R\$ 3,34 bilhões pelo controle da mineradora



1998

Junho É aprovada a emenda da Reforma Administrativa, que permitiu a demissão de funcionários estáveis, caso a despesa ultrapassasse 60% da arrecadação dos Estados e municípios, e 45%, no caso da União

Julho O governo federal vendeu as 12 holdings do Sistema Telebrás, transferindo para a iniciativa privada a telefonia e as telecomunicações do País. Foi a maior operação de privatização no Brasil, com uma arrecadação de R\$ 22 bilhões

Segundo semestre

A crise da moratória russa, em agosto, e a quebra do fundo de "hedge" LTCM atingem em cheio o Brasil. O País sofre um ataque especulativo e uma maciça perda de reservas internacionais que só terminariam com a desvalorização do real, em janeiro de 1999. Em outubro, a taxa de juros básicos é elevada para 49,75%, numa tentativa de deter a fuga de capitais



Outubro Fernando Henrique é reeleito presidente da República, no primeiro turno

Novembro O Brasil fecha acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), obtendo um pacote internacional de suporte financeiro de US\$ 41,5 bilhões. Pelo acordo, o Brasil mantém o regime de câmbio semifixo, e se compromete a ter superávits primários (excluindo juros) nas contas públicas consolidadas (de todos os níveis de governo) de 2,6%, 2,8% e 3%, respectivamente, em 1999, 2000 e 2001

Dezembro Depois de uma longa e penosa tramitação, em que o governo foi derrotado em diversos pontos importantes, foi promulgada a **emenda constitucional da Reforma da Previdência**, que estancou apenas parcialmente os crescentes déficits do sistema. Transformada em "bola da vez" entre os países emergentes, a economia brasileira fica estagnada (crescimento no ano de 0,13%) em 1998

